

PROTAGONISMO
INDÍGENA:
arranjos e conflitos nas
sesmarias dos jesuítas



Universidade Estadual de Santa Cruz

GOVERNO DO ESTADO DA BAHIA

RUI COSTA - GOVERNADOR

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

JERÔNIMO RODRIGUES - SECRETÁRIO

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE SANTA CRUZ

ADÉLIA MARIA CARVALHO DE MELO PINHEIRO - REITORA

EVANDRO SENA FREIRE - VICE-REITOR

DIRETORA DA EDITUS

Rita Virginia Alves Santos Argollo

Conselho Editorial:

Rita Virginia Alves Santos Argollo – Presidente

Alexandra Marselha Siqueira Pitolli

Eduardo Lopes Piris

Evandro Sena Freire

Guilhardes de Jesus Júnior

Jorge Henrique de Oliveira Sales

Josefa Sônia Pereira da Fonseca

Lessí Inês Farias Pinheiro

Luciana Sedano de Souza

Lurdes Bertol Rocha

Maria Luiza Silva Santos

Ricardo Matos Santana

Rita Jaqueline Nogueira Chiapetti

Sabrina Nascimento



Universidade Estadual de Feira de Santana

GOVERNO DO ESTADO DA BAHIA

RUI COSTA - GOVERNADOR

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

JERÔNIMO RODRIGUES - SECRETÁRIO

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE FEIRA DE SANTANA

EVANDRO DO NASCIMENTO SILVA

AMALI DE ANGELIS MUSSI

ASSISTENTE EDITORIAL

ZENAILDA NOVAIS

SECRETÁRIA EXECUTIVA

IATIARA CHAVES DE OLIVEIRA RIBEIRO

DIRETOR DA UEFS EDITORA

Murillo Almeida Cerqueira Campos

Conselho Editorial:

Natal Almeida Simões Neto

Marluce Alves Nunes Oliveira

Abílio Souza Costa Neto

Anderson de Souza Matos Gadéa

Cremildo Atanazio de Souza

Antônio Vieira de Andrade Neto

Caio Graco Machado Santos

Ana Maria Carvalho dos Santos

Antonio César Ferreira da Silva

Rafael dos Santos Barros

PROTAGONISMO
INDÍGENA:
arranjos e conflitos nas
sesmarias dos jesuítas



Feira de Santana - Bahia



Ilhéus - Bahia



©2022 by RAFAEL DOS SANTOS BARROS

Direitos desta edição reservados à
EDITUS - EDITORA DA UESC

A reprodução não autorizada desta publicação, por qualquer meio,
seja total ou parcial, constitui violação da Lei nº 9.610/98.

Depósito legal na Biblioteca Nacional,
conforme Lei nº 10.994, de 14 de dezembro de 2004.

**PROJETO GRÁFICO,
DIAGRAMAÇÃO E CAPA**

Tikinet Edição Ltda
www.tikinet.com.br

FINALIZAÇÃO

Álvaro Coelho

REVISÃO

Pedro Carvalho
Roberto Santos de Carvalho
Tess Chamusca

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

B277 Barros, Rafael dos Santos
Protagonismo indígena: arranjos e conflitos nas
sesmarias dos jesuítas / Rafael dos Santos
Barros. – Feira de Santana, BA: UEFS Editora;
Ilhéus, BA: Editus, 2022. – (Selo Sertão Sul).
272 p.: il.

Referências: 261–272.
ISBN: 987-85-7455-512-6 (UESC)
ISBN: 978-65-89524-24-3 (UEFS)

1. Aldeias indígenas – Ilhéus (BA). 2. Índios –
Historiografia – Bahia. 3. Ilhéus (BA) – História. 4.
Sesmarias – Ilhéus (BA). 5. Brasil – História –
Capitanias hereditárias, 1534-1762. I. Título.

CDD 980.41

Elaborado por Quele Pinheiro Valença – CRB 5/1533

EDITUS - EDITORA DA UESC

Universidade Estadual de Santa Cruz
Rodovia Jorge Amado, km 16 - 45662-900 - Ilhéus, Bahia, Brasil
Tel.: (73) 3680-5028
www.uesc.br/editora
editus@uesc.br

EDITORA FILIADA À


Associação Brasileira
das Editoras Universitárias


ASOCIACIÓN DE EDITORIALES
UNIVERSITARIAS DE AMÉRICA
LATINA Y EL CARIBE

Exaltação a Itacaré

*Nos versos todos que eu puder cantar
Hei de te exaltar minha terra amada
És um sonho de amor a me inspirar
Na foz do contas sempre debruçada
Mas o Atlântico que tem ciúme
E não se cansa também de cantar
Murmura sempre seu grande queixume
Por ver a musa outro abraçar
Nascemos juntas lembra o oceano
E o meu amor sempre lhe dediquei
Hoje, porém vejo um desengano
Não é só minha a musa que sonhei
Tantos olhares pasmos a fitá-la
a cada dia é outro amor que vem
Se a amo tanto não devo magoar-te
A princesinha outra sorte tem
Tem a beleza que a todos cativa
Todos te querem com o mesmo amor
Ninguém ciúma da linda nativa
Só eu me perco sufocando a dor
Tenho ciúme devo confessar
Palpita aflito o meu coração
Quero-te pura para te beijar
Não te destruas a poluição*

*Dedico esse trabalho ao meu avô Rafael,
autor dessa e outras poesias.*

APRESENTAÇÃO E AGRADECIMENTOS

Este trabalho corresponde à minha dissertação de mestrado, intitulada- *Da letra da lei às práticas coloniais: arranjos e conflitos na sesmaria dos jesuítas*, defendida em setembro de 2015.

Esta obra discorreu sobre a formação e a dinâmica de um aldeamento de índios Guerens (anteriormente chamados de Aimorés) na Barra do Rio de Contas (território da antiga Capitania de Ilhéus, na costa da Bahia, atual cidade de Itacaré), na primeira metade do século XVIII. O estudo se fez na perspectiva do direito à terra, focalizando conflitos concernentes aos diferentes interesses de índios, colonos e missionários. Nesse contexto de disputa pela posse da terra, os grupos Guerens aparecem como atores sociais em toda a sua totalidade, questionando as autoridades coloniais, impondo-lhes suas demandas e reinventando o contexto colonial. Porém, antes dessa obra, esse etnônimo tinha sua história ligada à barbárie, à ignorância, à destruição e à decadência da Capitania de Ilhéus, pois os autores que descreveram esse grupo deram atenção apenas a fontes que os descreveram com tintas de selvagens para justificar sua escravidão.

Ao término de um trabalho dessa natureza sempre vêm à nossa cabeça as lembranças das inúmeras pessoas que nos ajudaram a concluir o primeiro passo desta longa jornada. Desde a graduação na Universidade Estadual de Santa Cruz (UESC), venho trabalhando junto com muitas pessoas em prol desse objetivo. A lista é grande e sempre corremos o risco de esquecer algumas figuras que compõem esse enorme quebra-cabeça.

Na UESC, devo agradecer a todos os meus professores, em especial Carlos José, Mestre Jonas, Teresinha Marcis, Graciela Gonçalves e Anna Côgo, que me despertaram para a História Indígena, ajudando-me a desconstruir alguns conceitos acerca dos povos indígenas. No Centro de Documentação e Memória Regional-(CEDOC/UESC), foram de grande importância as tardes no “Clube do Bolinha” composto por Leandro, Gennyson, Robinho, João Cordeiro e o grande Zid Alves, que durante a graduação me ajudaram a aprender a arte da paleografia. Agradeço também a Marcelo Henrique, que me iniciou na pesquisa durante a graduação, quando participei de alguns projetos de Iniciação Científica sob sua coordenação. Foram três longos anos de debates, discussões e amizade com este grande camarada.

Durante os anos da graduação, morei na casa de minha tia Airam, grande coração, que, junto a Reinaldo, me acolheu durante esses quatro anos e me acolheria durante muito mais. Nesta casa, vivi muitas coisas boas, muita resenha com os meus irmãos Juca e Matheus. Ainda em Ilhéus, agradeço ao camarada Marcos Marinho, colega de graduação e amigo para essa e outras vidas.

A minha chegada em Salvador não foi nada fácil. Os primeiros meses foram de pura agonia. Inicialmente sem bolsa, morando longe, mudando-me uma vez por mês e, como de praxe, perdendo-me quase todos os dias em Salvador. Meses nebulosos aqueles. Mas contei com pessoas boas que me acolheram durante o primeiro ano do curso. Uma delas foi o camarada Victor, “Pombo

Sujo”, sua mãe Ângela e seu pai Manuel. Outros que me acolheram foram José Carlos e Silmária, pessoas de muita generosidade, que não mediram esforços para que eu continuasse na caminhada.

Da Universidade Federal da Bahia (UFBA), agradeço a todos os meus professores e em especial às professoras **Maria José Rapassi Mascarenhas**, **Ana Paula Medici** e ao professor **Antônio Fernando Guerreiro de Freitas**. Sou grato também a todos os colegas, em especial a Uiá, grande exemplo de coragem; Jamile, grande coração, Virgílio, “Marginal” e Nascimento, que discutiram, concordaram e discordaram de muitas hipóteses levantadas durante o curso.

Um agradecimento especial a Maria Hilda, grande ser humano, nunca permitiu que me abatesse diante das dificuldades do percurso. Como orientadora me deixou um grande legado, lapidando o meu olhar acerca da história indígena. Mas o seu principal legado foi me ensinar a não homogeneizar as situações: “não tome a parte por um todo, afinal o norte não é o sul”, lembra Maria? Mestre, a senhora tem razão.

A minha família foi de grande importância. Agradeço imensamente a todos. A Aline, por ter acolhido Jack durante a minha ausência, a meus avós pelo carinho, ao camarada Francisco pelo incentivo e a Jack, companheira para toda vida, pela paciência, carinho e compreensão. Agradeço a meu pai e a minha mãe por existirem e peço desculpas aos meus irmãos Mano e Edry pela ausência durante esse tempo.

A todos serei eternamente grato!

PREFÁCIO

O livro desenvolvido por Rafael dos Santos Barros destaca-se por vários aspectos importantes.

Destacamos, inicialmente, a qualidade do texto, resultado de uma redação cuidadosamente articulada e bem elaborada, mas, principalmente, da pesquisa cuidadosa e exaustiva de documentos acerca da realidade que analisa. Cabe ressaltar ainda a coragem em enfrentar uma temática ainda pouco comum História Indígena, mas que se encontra em plena expansão, reconhecimento e em ampla valorização.

Trabalhar com História Indígena, ao contrário do que as pessoas pensam, implica repensar contextos relacionais entre vários segmentos sociais, sujeitos históricos, realidades peculiares ao espaço escolhido e, até mesmo, à sociedade colonial e às políticas metropolitanas e locais. O texto demonstra com competência essa contextualização, indicando a riqueza e a complexidade da História Indígena. É, portanto, fazer uma releitura da historiografia colonial, no caso, inclusive de uma região muito pouco

estudada, a do Rio de Contas, e que revela o protagonismo dos povos indígenas na construção desse espaço tão importante na História da Bahia.

O texto deixa bem clara a relevância desses grupos indígenas na construção do projeto colonial nesse espaço, ao ponto de serem disputados como mão de obra por todos os segmentos sociais. O que se percebe no texto de Barros é como esses indígenas foram capazes de negociar e impor condições aos interessados em seu trabalho, ao ponto de imporem ser administrados por capuchinhos numa sesmaria jesuítica.

Da mesma forma, o autor prova como os argumentos da agressividade e as notícias de ataques e ameaças realizadas por índios Guerens eram usados por colonos e bandeirantes contra esse segmento para escravizá-los e conquistarem suas terras.

A manipulação desses índios através de acordos e concessões podia, entretanto, resultar em acordos entre alguns grupos e colonos interessados nas terras de outros moradores ou na cobrança de taxas para garantir a segurança dos colonos ameaçados.

Assim, no primeiro capítulo A Capitania de Ilhéus e sua formação; vilas, colonos e índios, o autor analisa como ocorreu o povoamento da região e os conflitos entre índios, jesuítas e colonos e entre colonos na luta pela conquista, posse e uso das terras. Em seguida, revisita a economia da Capitania e sua inserção nos circuitos comerciais, ressaltando a imposição metropolitana da produção de farinha de mandioca e seus reflexos no projeto de colonização da região, com destaque especial para a região do Rio de Contas. Nesse mesmo capítulo, revisa a tradicional visão acerca da agressividade e da inviabilidade de civilizá-los criada e divulgada na historiografia tradicional sobre os índios Guerens.

No segundo Capítulo Indígenas, terras e trabalho na legislação indigenista colonial, o autor apresenta um panorama das legislações elaboradas pelo colonizador entre os séculos

XVI e XVIII. As leis foram projetadas de acordo com as esferas religiosa, política e econômica. Dessa forma, as autoridades coloniais pensaram a questão indígena perspectivando de um lado com o ideário jesuítico e, de outro, com o discurso econômico e político regulado em artifícios da conquista. No meio desse jogo de interesses estavam os grupos indígenas, os quais enquanto alvo de uma política indigenista oscilante procurava se adaptar as demandas do mundo colonial. No que dizia respeito à propriedade da terra, as leis sempre reconheceu o direito retórico da posse das terras ocupadas pelos índios aliado da Coroa, porém entre o que pregava a lei e a real dimensão da realidade havia uma enorme distância, levando muitos grupos a terem seus direitos burlados, apesar das normais legais os ampararem.

No terceiro capítulo Da letra da lei às práticas coloniais: índios administrados e colonos na Capitania de Ilhéus, Barros faz uma análise acerca da situação vivida pelos índios que habitavam fronteiras em expansão, ressaltando a realização de entradas contra os denominados “bárbaros povos” e a atuação de capitães-mores e a organização de tropas para guerras punitivas, elemento essencial para o processo de conquista de novos espaços e domínio dos seus primitivos ocupantes: os índios.

Como desdobramento dessas relações conflituosas, traz à luz a questão dos índios aliados, aldeados ou administrados, tanto por jesuítas como por colonos, seu uso nas atividades econômicas, defensivas e como instrumento de conquista e apossamento de terras. Destaca, ainda, como passavam a ser denominados nos documentos coloniais: “bestas domesticadas”. Ressalta-se, dessa forma, tanto a relevância desses personagens históricos na construção da sociedade local como a permanência da visão preconceituosa por parte da sociedade colonial para com esses indígenas inseridos voluntariamente ou não no sistema colonial.

Finalmente, no último capítulo Índios Guerens na sesmaria dos jesuítas: arranjos e conflitos na Barra do Rio de Contas, centra suas considerações num tema caro à historiografia tradicional: a chamada Sesmaria dos jesuítas, parte do espólio da herdeira de Mem de Sá.

Inicialmente, considera como se entrelaça a questão de definir o que são terras indígenas nas leis coloniais e como era possível usar a lei em benefício dos colonos em detrimento dos direitos históricos dos Guerens, no caso. A partir dessa análise, destaca as relações estabelecidas entre índios, colonos e religiosos nos aldeamentos e como estes viabilizaram a expansão das fronteiras coloniais na área do Rio de Contas. As brechas das leis coloniais e sua manipulação pelos não índios desencadearam uma série de conflitos envolvendo os três segmentos na luta pela posse da terra.

Enfim, o texto nos leva a uma viagem ao passado, que nos faz refletir sobre a necessidade de repensar criticamente a historiografia tradicional, trazendo à luz uma realidade mais complexa que não pode ser pensada sem incluir os povos indígenas.

O livro, fruto da dissertação de Rafael Barros, merece ser lido e usado, particularmente por historiadores e professores que estudam e ensinam a área do rio de Contas.

Maria Hilda Baqueiro Paraiso

Professora Titular do Departamento de História e do
Programa de Pós-graduação em História

Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas
Universidade Federal da Bahia

ABREVIATURAS

AAPEB – Anais do Arquivo Público do Estado da Bahia.

APEB – Arquivo Público do Estado da Bahia.

BN – Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro.

CEDOC – Centro de Documentação em História Regional da Universidade Estadual de Santa Cruz.

DHBN – Documento Histórico da Biblioteca Nacional.

Moeda

Conto de réis – Corresponde a um milhão de reais ou um milhar de mil-réis.

Pataca – Corresponde ao valor de 420 réis.

Pesos e Medidas

Alqueire – Medida de capacidade para grãos e artigos secos, equivalente a 36, 27 litros.

Sírio – Medida correspondente entre 1,5 e 2 alqueire.

Arroba – Unidade equivalente a 15 kg.

Braça – Unidade de medida correspondente a 2 varas ou a 2,20 metros.

Légua – Medida correspondente a 3 mil braças ou 6600 metros quadrados.

SUMÁRIO

21	Introdução
33	Metodologia e fontes
37	Estrutura dos capítulos
43	Capítulo 1. A Capitania de Ilhéus e sua formação: vilas, colonos e índios
62	1.1 Povoamento e conflitos pela posse e uso das terras
75	1.2 A economia da Capitania de Ilhéus nos circuitos mercantis
79	1.3 A imposição de uma cultura: a farinha de mandioca
92	1.4 Índios Guerens: a crônica da destruição revisitada
103	Capítulo 2. Indígenas, terras e trabalho na legislação indigenista colonial
107	2.1 Legislações, trabalho e escravidão
125	Capítulo 3. Da letra da lei às práticas coloniais: índios administrados e colonos na Capitania de Ilhéus
130	3.1 Ser índio em uma zona de fronteira: entradas contra os bárbaros povos: capitães-mores e as guerras punitivas
158	3.2 Ao serem índios aliados, “a besta foi domesticada”

179	Capítulo 4. Índios Guerens na sesmaria dos jesuítas: arranjos e conflitos na Barra do Rio de Contas
184	4.1 Terras indígenas e as leis coloniais
197	4.2 Índios, colonos e religiosos: aldeamento e expansão da fronteira do rio de Contas
217	4.3 Índios, colonos e religiosos: aldeamentos e conflito pela terra
249	Conclusão
259	Fontes